

Nota técnica – Análise Criminal 2015

Instituto Igarapé comenta a redução dos índices de criminalidade na cidade e no Estado do Rio de Janeiro

Fevereiro de 2016



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

De acordo com dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) disponibilizados nesta terça-feira (19/01), a cidade do Rio de Janeiro registrou em 2015 a menor taxa de homicídios dolosos para cada cem mil habitantes desde 1991, início da série histórica. A cidade, que chegou a registrar 73,9 homicídios dolosos por cem mil habitantes em 1994 e que em 2009 ainda registrava uma elevada taxa de 34,4 homicídios dolosos por cem mil habitantes, terminou o ano de 2015 com uma taxa de 18,6 homicídios dolosos por cem mil habitantes.

No Estado do Rio de Janeiro, a taxa registrada foi de 25,4, muito próxima da taxa de 2012 (25,1), a mais baixa da série histórica. Na região da Baixada Fluminense, durante os primeiros nove meses de 2015, a taxa foi de 31 homicídios dolosos por cem mil habitantes, muito inferior à taxa de 42,5 registrada no mesmo período em 2014.

Esta redução da taxa de homicídio doloso também foi acompanhada pela redução de outros importantes índices de criminalidade no Estado, incluindo os roubos de rua (580,4 por cem mil habitantes em 2014 e 516,4 por cem mil em 2015) e roubos de veículos (51,8 para cada dez mil em 2014 para 47 a cada dez mil em 2015).

Ainda que seja necessário o aprofundamento da avaliação de impacto das diferentes políticas no Estado, a observação das ações realizadas pelos diferentes órgãos de segurança pública ao longo dos últimos anos permite estabelecer um paralelo inicial entre a queda nesses índices e importantes avanços

de integração das ações da Secretária de Estado de Segurança Pública (SESEG) e das Polícias Civil e Militar do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ e PMERJ). Dentre estes avanços, destaca-se a implementação do Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados (SIM), que prima pela ação coordenada destes órgãos, estabelecendo metas para a redução dos indicadores de criminalidade e incentivos financeiros que impulsionam esta ação conjunta, central para o sucesso de ações integradas de prevenção e controle qualificado da criminalidade.

Além disso, houve um importante esforço do Comando da PMERJ que atuou ao longo de 2015 em focar suas ações nos eixos de redução de homicídios e roubos de rua, que impactam diretamente a percepção de insegurança dos cidadãos, impedindo que estes índices se deteriorassem. Em um contexto marcado pela restrição de recursos, as ações da corporação tiveram como foco as CISP (Circunscrições Integradas de Segurança Pública) mais problemáticas do Estado. Adotou-se, portanto, uma estratégia de atuação nas áreas com maior concentração dos índices de criminalidade e de maior vulnerabilidade (*hot spots*). Reconhecida como uma estratégia de impacto positivo na prevenção e redução da criminalidade em diferentes países do mundo, espera-se que que o patrulhamento orientado pelas manchas criminais seja reforçado a partir do desenvolvimento e implementação de ferramentas que permitam uma melhor identificação e compreensão das dinâmicas e



concentração territorial dos diferentes tipos de crimes.

A PMERJ também criou a Coordenadoria de Assuntos Estratégicos, que impulsionou a dinâmica de qualificação do trabalho em segurança pública baseado e orientado por indicadores.

Com relação à atuação na Baixada, pode-se destacar tanto a criação pela Polícia Civil da Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense, como a capacitação dos comandantes da Polícia Militar da região, sobretudo no que se refere à gestão de recursos e análise criminal estratégica, feita em parceria com o ISP, e investimentos em melhorias de condições de trabalho.

Houve também o reconhecimento de que era necessário fortalecer a capacidade de prevenção das ações PMERJ, que não deveriam ser associadas exclusivamente a uma lógica de confrontação.

A agenda de redução da letalidade policial também foi uma frente de ação impulsionada ao longo do ano de 2015. Constatou-se que as áreas com grande letalidade policial coincidiam com as áreas que registravam os maiores números de homicídios e também de morte de policiais em folga. Neste contexto, ressalta-se a relevância (i) do cruzamento dos dados de uso de armamento e munição para a verificação do número de disparos, a partir das informações do SISMATBEL, sistema de controle de material bélico da corporação, cuja retomada foi importantíssima; (ii) da ênfase no preparo técnico; e (iii) do acompanhamento tanto dos casos de desvio de conduta como da saúde mental dos policiais.

A avaliação e a adoção de medidas visando o aperfeiçoamento do programa das UPPs também foram centrais para a consolidação desta importante política de segurança pública do Rio de Janeiro. Nesse sentido, foram publicados no ano passado tanto o

decreto reformulando o programa de polícia pacificadora (Decreto Nº. 45.186, de 17 de março de 2015) como o decreto que dispõe sobre a institucionalização, planejamento e controle da política de pacificação no Estado do Rio de Janeiro, criando também a Comissão Executiva de Monitoramento e Avaliação da Política de Pacificação – CEMAPP (Decreto Nº 45.146 de 05 de fevereiro de 2015 que dispõe sobre – e dá outras providências).

É fato que os desafios de segurança pública tanto na cidade quanto no Estado do Rio de Janeiro ainda são inúmeros e exigem o engajamento das diferentes esferas do poder executivo, legislativo e judiciário, além do direto envolvimento da sociedade civil. É fundamental que as capacidades de análise criminal do Estado sejam aprimoradas, que a formação e treinamento de suas forças de segurança pública sejam aperfeiçoados. Uma das prioridades precisa ser a diminuição do número de mortes decorrentes de intervenção policial, que apresentou um aumento de 10,3% em relação ao ano de 2014, e de policiais mortos em serviço, que passou de 18 em 2014 para 26 em 2015. Ademais, suas políticas de prevenção e redução da violência devem se consolidar de maneira integrada entre os diferentes atores estatais e municipais, não devendo ser associadas exclusivamente à ação policial. Uma agenda municipal de segurança cidadã com o foco em ações de prevenção precisa ser desenhada e implementada.

Contudo, a despeito destes inúmeros desafios que ainda precisam ser urgentemente abordados, é fundamental que haja a continuidade das ações que tiveram um impacto positivo na segurança pública na cidade e no Estado do Rio de Janeiro. Os avanços na redução de diferentes índices de criminalidade revelam o êxito de iniciativas que devem ser monitoradas e avaliadas, possibilitando assim seu aperfeiçoamento e a continuidade das ações responsáveis pela redução da insegurança fluminense.

